



25/09/2018

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NA AÇÃO PENAL 1.030 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S)	: LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA
ADV.(A/S)	: GAMIL FÖPPEL
AGTE.(S)	: GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA
ADV.(A/S)	: GAMIL FÖPPEL E OUTRO(A/S)
AGTE.(S)	: MARLUCE VIEIRA LIMA
ADV.(A/S)	: GAMIL FÖPPEL
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO PENAL. INSTRUÇÃO CRIMINAL. PRETENSÃO DE ACESSO A MATERIAL PERICIADO. ACOLHIMENTO. QUEBRA DE SIGILO DE DADOS TELEFÔNICOS DO NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL. PRETENSÃO NÃO AMPARADA PELO ORDENAMENTO JURÍDICO. INDEFERIMENTO. INSURGÊNCIA PROVIDA, EM PARTE.

1. Efetivando a garantia à ampla defesa prevista no art. 5º, LV, da Constituição Federal, o legislador ordinário previu no art. 159, § 6º, do Código de Processo Penal a possibilidade de disponibilização às partes, mediante requerimento, do material probatório periciado, o que autoriza o deferimento, nesse ponto, da pretensão dos agravantes.

2. O pleito de quebra de sigilo de dados telefônicos do Núcleo de Inteligência da Polícia Federal não tem por objeto qualquer investigação da prática de uma infração penal, como exige a Lei 9.296/1996, mas apenas a ciência de quem seria o autor de notícia criminal que culminou com diligência de busca e apreensão. Assim, aos agravantes falta legitimidade ao exercício da pretensão, nos termos do art. 3º do aludido diploma legal, a qual também encontra óbice no art. 3º da Lei 13.608/2018, que protege o sigilo dos dados de informante que se utiliza de serviço telefônico de recebimento de denúncias.

3. Agravo regimental provido, em parte.

**AP 1030 AGR / DF****ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em dar provimento, em parte, ao agravo regimental interposto por Geddel Quadros Vieira Lima, Lúcio Quadros Vieira Lima e Marluce Quadros Vieira Lima, tão somente para deferir o acesso à defesa técnica dos agravantes ao material já periciado nestes autos, nos termos constantes desta fundamentação, declarando o prejuízo com relação à parte da pretensão reconsiderada. Prosseguindo, determinou o retorno imediato dos autos conclusos para fins de execução da diligência deferida, tudo nos termos do voto do Relator.

Brasília, 25 de setembro de 2018.

Ministro **EDSON FACHIN**

Relator



25/09/2018

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NA AÇÃO PENAL 1.030 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S)	: LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA
ADV.(A/S)	: GAMIL FÖPPEL
AGTE.(S)	: GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA
ADV.(A/S)	: GAMIL FÖPPEL E OUTRO(A/S)
AGTE.(S)	: MARLUCE VIEIRA LIMA
ADV.(A/S)	: GAMIL FÖPPEL
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): Trata-se de agravo regimental interposto por Geddel Quadros Vieira Lima, Lúcio Quadros Vieira Lima e Marluce Quadros Vieira Lima em face da decisão de fls. 3.912-3.917, proferida em 6.8.2018, por meio da qual foi autorizado o início dos atos instrutórios desta ação penal, com as oitivas das testemunhas arroladas pelo Ministério Público Federal e pelas defesas dos denunciados, postergando-se a apreciação do requerimento de produção de outras provas para momento oportuno. No mesmo interlocutório ainda se determinou a intimação da defesa técnica a esclarecer acerca da presença do réu segregado em audiência designada para esta Capital Federal.

Sustentam os agravantes, de início, que, por ocasião das respectivas respostas à acusação, foram requeridos *“o imediato acesso ao material utilizado na perícia papiloscópica nº 147/2017 - GID/DREX/SR/PF/BA”* (fl. 3.975), bem como a *“quebra do sigilo telefônico do NIP da Superintendência da Polícia Federal da Bahia a fim de verificar quais números ligaram para o referido terminal no dia 14 de julho de 2017”* (fl. 3.976).

Aduzem, na sequência, que essas providências são essenciais ao exercício do amplo direito de defesa, cujo deferimento mostra-se

**AP 1030 AGR / DF**

prejudicial ao próprio início da instrução processual, pois o resultado de eventuais exames periciais pode, em tese, interferir na colheita da prova testemunhal.

Argumentam, ainda, a necessidade da presença do primeiro agravante, hoje segregado, em todos os atos da instrução processual, tendo em vista que *“o direito de presença é uma das faces do exercício do contraditório e da ampla defesa”* (fl. 3.981), asseverando que o fato deste encontrar-se preso não pode servir de obstáculo ao exercício da autodefesa.

Requerem, ao final, a reconsideração da decisão agravada ou o provimento da insurgência para sejam deferidos os pleitos formulados nas respectivas respostas à acusação, como também seja garantido o direito de presença do denunciado Geddel Quadros Vieira Lima a todos os atos processuais.

Com vista dos autos, a Procuradoria-Geral da República oferta contrarrazões às fls. 4.011-4.015, postulando o conhecimento e o integral desprovemento do agravo regimental.

É o relatório.



25/09/2018

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NA AÇÃO PENAL 1.030 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): 1. Princípio assentando a prejudicialidade da insurgência na parte em que se pleiteia a presença do agravante Geddel Quadros Vieira Lima, preso nesta Capital Federal, a todos os atos da instrução processual.

Com efeito, por meio da decisão de fls. 3.953-3.956, à luz dos argumentos sustentados pela defesa técnica deste agravante, acolhi a pretensão assegurando-lhe o acompanhamento dos atos processuais mediante videoconferência, propiciando às bancas de advogados constituídos de todos os denunciados o acompanhamento simultâneo das audiências a serem realizadas nas dependências desta Corte ou nas respectivas seccionais da Justiça Federal.

Tal medida, além de viabilizar a célere tramitação da ação penal, que conta, relembro, com denunciado preso, traz menor onerosidade ao erário, proporcionando tanto a este referido acusado, como aos demais, o pleno exercício das garantias constitucionais à ampla defesa e ao contraditório, tendo em vista a disponibilização dos recursos tecnológicos adequados ao acompanhamento, em tempo real, dos atos instrutórios.

Dessarte, tenho que a insurgência, quanto ao pedido de comparecimento do denunciado Geddel Quadros Vieira Lima às audiências designadas na decisão agravada, encontra-se prejudicada, porque, como visto, atendida por decisão superveniente.

2. No que toca ao pleito de acesso ao material apreendido quando da diligência de busca e apreensão, o qual já foi submetido a exame técnico pela autoridade policial, rememoro que essa mesma pretensão foi manifestada inicialmente perante o Juízo da 10ª Vara Federal da Subseção Judiciária do Distrito Federal, nos seguintes termos:



AP 1030 AGR / DF

“(…) requer seja determinado à autoridade policial a concessão de imediato acesso ao material utilizado na perícia papiloscópica n.º 147/2017 - GID/DREX/SR/PF/BA, notadamente os ‘fragmentos de impressões papilares que apresentaram condições técnicas para confronto papiloscópico’, inclusive e principalmente, as mídias digitais em que foram gravadas as imagens” (fls. 151 e 152 do apenso 4 - destaques no original).

Em 12.9.2017 o pleito foi deferido pelo citado Juízo, que consignou:

“Defiro. Encaminhe-se à Autoridade Policial Federal para cumprimento, ou justificativa técnica de sua impossibilidade” (fl. 153 do apenso 4).

Essa decisão foi transmitida à autoridade policial via *e-mail* (fls. 153 e 154 do apenso 4) no próprio dia 12.9.2017, obtendo-se a seguinte resposta da papiloscopista policial federal:

“Em resposta à solicitação encaminhada por e-mail para atender a determinação do Excelentíssimo Dr. Vallisney de Souza Oliveira, Juiz Titular da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que deferiu o pedido de defesa de GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA pelo acesso ao material utilizado na perícia papiloscópica n. 147/2017-GID/DREX/SR/PF/BA, encaminho as fotos dos fragmentos papiloscópicos atribuídos a GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA” (fl. 165 do apenso 4 - destaquei).

As aludidas fotos no excerto transcrito estão juntadas às fls. 166-167 do apenso 4 destes autos, o que, de certo modo, revela o atendimento à solicitação defensiva.

Todavia, nada obstante os autos estejam, insisto, providos de fotos dos fragmentos papiloscópicos atribuídos ao agravante Geddel Quadros Vieira Lima, a defesa técnica volta a postular, agora perante esta Suprema Corte, *“acesso ao material utilizado nas perícias papiloscópicas ns.º 147 e*

**AP 1030 AGR / DF**

156/2017 - GID/SR/PF/BA" (fl. 1.653), olvidando-se de argumentar, entretanto, eventual imprestabilidade do material acostado ao feito pela Polícia Federal anteriormente.

O pleito já foi indeferido em decisão proferida em 13.12.2017 (fls. 2.332-2.336), a qual foi objeto de agravo regimental interposto em 2.2.2018 (fls. 2.670-2.687), valendo destacar o seguinte excerto da irresignação, após referência às fotos encaminhadas pela Polícia Federal:

"No entanto, a aludida Informação nº 3969034/2017-GID/DIREX/SR/PF/DF, malgrado alegadamente responda à determinação da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, **deixa de cumprir à solicitação formulada pela defesa, que fora integralmente deferida pelo juízo**, de acesso ao material utilizado na perícia papiloscópica n.º 147/2017 - GID/DREX/SR/PF/BA (fls. 165/167, do apenso n.º 04):" (fl. 2.678 - destaque no original).

Constata-se, portanto, que apenas nesse momento processual é que os agravantes, ao que parece, externam a imprestabilidade dos elementos trazidos aos autos pela Polícia Federal, sem, contudo, justificar eventual impedimento ao exercício do direito de defesa, limitando-se a afirmar, referindo-se ao Laudo n. 147/2017-GID/SR/PF/BA, que *"a defesa encontra-se impossibilitada de confrontar as errôneas conclusões nele contidas"* (fl. 2.681).

Calha registrar, ainda, que, diferentemente do que sustenta a defesa, não é correto afirmar que o pedido em análise foi integralmente deferido pelo Juízo da 10ª Vara Federal da Subseção Judiciária do Distrito Federal, já que, naquele despacho, foi aberta a oportunidade à autoridade policial para justificar eventual impossibilidade técnica ao acesso pretendido, conforme se depreende da transcrição supra.

Pois bem, independentemente do impasse verificado em torno do pretendido acesso ao material apreendido em endereço vinculado aos denunciados e já submetido à exame pericial pela Polícia Federal, não se pode olvidar que a Constituição Federal garante a qualquer acusado *"o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes"*,

**AP 1030 AGR / DF**

conforme preceitua o inciso LV do seu art. 5º.

Como corolário dessa garantia, o legislador ordinário previu no § 6º do art. 159 do Código de Processo Penal a possibilidade de disponibilização às partes, mediante requerimento, do material probatório periciado, como se infere da redação do dispositivo:

“Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.

(...)

§ 6º Havendo requerimento das partes, o material probatório que serviu de base à perícia será disponibilizado no ambiente do órgão oficial, que manterá sempre sua guarda, e na presença de perito oficial, para exame pelos assistentes, salvo se for impossível a sua conservação”.

Logo, embora não se depreenda qualquer vício no trabalho pericial realizado nestes autos, cujo resultado está atestado nos Laudos de Perícia Papiloscópica ns. 147/2017 e 156/2017 da Polícia Federal (fls. 1.103-1.129), o pleito defensivo de acesso comporta acolhimento (somente quanto ao acesso, repiso), em homenagem à ampla defesa garantida pela Constituição Federal.

Registro, todavia, que o acesso da defesa técnica ao material periciado dar-se-á por assistente técnico previamente indicado nestes autos, sob a supervisão da autoridade policial e/ou do perito oficial, os quais terão autonomia para conduzi-los a diligência de forma a preservar a integralidade do objeto. Não se trata, pois, de nova perícia e sim disponibilização, com as devidas cautelas, do material periciado.

De outra parte, reafirmo que essa nova análise não detém o condão de impossibilitar a instrução criminal já iniciada, em função da presunção de idoneidade do laudo pericial acostado aos autos, sendo certo que eventual necessidade de reinquirição de testemunhas poderá ser tema de requerimento motivado por ocasião da fase prevista no art. 10 da Lei 8.038/1990.

**AP 1030 AGR / DF**

3. Quanto à certificação do número que entrou em contato com o Núcleo de Inteligência da Polícia Federal na Bahia, a partir do qual foi realizada a notícia anônima referida na Informação Policial n. 15/2017 (fls. 10-14 do apenso 4), entendo que o pedido não pode ser atendido.

Com efeito, a par de efetivamente o Núcleo de Inteligência da Polícia Federal ser um órgão público e, portanto, submeter-se aos princípios que regem a administração pública, dentre os quais se destaca o da publicidade, previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, é certo que o direito à informação, assim como qualquer outro, não tem caráter absoluto, merecendo análise à luz do caso concreto.

Na hipótese, a quebra de sigilo de dados telefônicos desejada pela defesa não tem como objeto a investigação da prática de qualquer infração penal, como exige a Lei 9.296/1996, mas apenas busca a ciência de quem seria o noticiante que relatou, à autoridade policial, a utilização de um apartamento localizado na cidade de Salvador/BA para a guarda de pertences dos agravantes.

A meu sentir, tal possibilidade não é, de modo algum, agasalhada pelas hipóteses em que o Poder Constituinte Originário e o legislador ordinário admitem o levantamento do sigilo de dados telefônicos, anotando-se que a legislação de regência sequer atribuiu aos acusados - aqui agravantes - legitimidade para postularem tal providência, conforme se infere do art. 3º da citada norma.

“Art. 3º A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento:

I – da autoridade policial, na investigação criminal;

II – do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal”.

Ademais, calha destacar que a pretensão de nulidade das diligências que culminaram na apreensão de cerca de R\$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais) em imóvel vinculado aos agravantes já foi, efetivamente, rechaçada pela Segunda Turma por ocasião do juízo de

**AP 1030 AGR / DF**

admissibilidade da denúncia ofertada nestes autos, em parte unânime do julgado realizado em 8.5.2018, nos seguintes termos:

“(…)

1.4. Nulidade da decisão proferida pela 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal/DF que autorizou a busca e apreensão requerida nos autos do Processo n. 33234-94.2017.4.01.3400. Violação à norma constitucional que veda o anonimato.

Em suas respectivas peças defensivas, os denunciados Geddel Quadros Vieira Lima, Lúcio Quadros Vieira Lima e Marluce Vieira Lima sustentam que a busca e apreensão deferida pelo Juízo da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal/DF, no Processo n. 33234-94.2017.4.01.3400, que culminou na apreensão de aproximadamente R\$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais) em espécie em imóvel a eles vinculado, teria sido proferida com base unicamente em notícia de crime anônima, em contrariedade ao que dispõe o art. 5º, IV, da Constituição Federal.

Afirmam, nessa toada, que as diligências relatadas na Informação Policial n. 15/2017, encetadas para averiguar a idoneidade das informações recebidas por meio de ligação anônima, não se mostram aptas a suprir a vedação constitucional, mormente quando não foram identificados os agentes policiais responsáveis, tampouco as pessoas que teriam sido entrevistadas na ocasião.

Princípio trazendo à colação, novamente, parte da ementa de julgado (RHC 117.988, Segunda Turma, julgamento em 16.12.2014) relatado pelo decano desta Suprema Corte, Ministro Celso de Mello:

“(…)

As autoridades públicas não podem iniciar qualquer medida de persecução (penal ou disciplinar), apoiando-se, unicamente, para tal fim, em peças apócrifas ou em escritos anônimos. É por essa razão que o escrito anônimo não autoriza, desde que isoladamente considerado, a

**AP 1030 AGR / DF**

imediate instauração de 'persecutio criminis'. - Nada impede que o Poder Público, provocado por delação anônima ('disque-denúncia', p. ex.), adote medidas informais destinadas a apurar, previamente, em averiguação sumária, 'com prudência e discrição', a possível ocorrência de eventual situação de ilicitude penal, desde que o faça com o objetivo de conferir a verossimilhança dos fatos nela denunciados, em ordem a promover, então, em caso positivo, a formal instauração da 'persecutio criminis', mantendo-se, assim, completa desvinculação desse procedimento estatal em relação às peças apócrifas'.

No caso em análise, convém relembrar o quadro fático que motivou essa específica representação de busca e apreensão formulada pela autoridade policial e seu respectivo deferimento.

Conforme se infere às fls. 3-13 do Apenso 4, a contar de notícia anônima recebida pelo Núcleo de Inteligência Policial da Polícia Federal, no sentido de que uma unidade no Edifício Residencial José da Silva Azi estaria sendo utilizada, pelo denunciado Geddel Quadros Vieira Lima, para a guarda de caixas e com movimentação atípica no último semestre, realizou-se diligências à verificação da idoneidade dessas informações, de acordo com a supra citada Informação n. 15/2017, subscrita pelo Delegado da Polícia Federal Marcel Ahringsmann de Oliveira.

Nesse referido documento, a autoridade policial descreve as providências efetuadas que permitiram a conclusão pela veracidade da notícia anônima anteriormente recebida. Relata, em síntese, a implementação de diligências de campo, mediante a verificação do histórico e dos registros das obras civis da citada edificação, entrevistas informais com condôminos, tudo resultando na obtenção de narrativa convergente ao sugerido uso daquele espaço imobiliário pelo denunciado Geddel Quadro Vieira Lima.

Referendada, por via de consequência, a potencial

AP 1030 AGR / DF

idoneidade da informação prestada no anonimato, representou a autoridade policial pela medida de busca e apreensão no endereço diligenciado, anuindo o Ministério Público Federal (fls. 18-20 do apenso 4), sendo, após, deferida a medida cautelar pelo Juízo da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal/DF logo em seguida (fls. 21-25 do apenso 4).

Todo esse procedimento agora sumariado, observado pela autoridade policial com o fim de atestar a idoneidade de notícia recepcionada, inicialmente, de fonte anônima, a despeito da argumentação defensiva, coaduna-se com a orientação jurisprudencial deste Supremo Tribunal Federal, a qual, como anotado, repele notícia criminis velada como fundamento exclusivo à formal deflagração de inquérito policial ou ao imediato deferimento de medidas restritivas de direitos fundamentais, porém, a chancela em hipóteses como a dos autos. Com esse entendimento, transcrevo precedentes:

‘HABEAS CORPUS. PERSECUÇÃO PENAL. DELAÇÃO ANÔNIMA. POSSIBILIDADE. DOCTRINA. PRECEDENTES. PRETENDIDA EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO PENAL POR SUPOSTA INVIABILIDADE JURÍDICA DA ‘DELATIO CRIMINIS’ ANÔNIMA. INADMISSIBILIDADE, NA ESPÉCIE, DO ENCERRAMENTO SUMÁRIO DA INVESTIGAÇÃO PENAL. CORRETA ADOÇÃO, PELA AUTORIDADE POLICIAL, DE PRÉVIA E SUMÁRIA APURAÇÃO DA CONDUCTA DELITUOSA OBJETO DA ‘NOTITIA CRIMINIS’ ANÔNIMA. OBSERVÂNCIA, PELA POLÍCIA JUDICIÁRIA, DA DIRETRIZ JURISPRUDENCIAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM TEMA DE DELAÇÃO ANÔNIMA. CONSEQUENTE INOCORRÊNCIA, NO CASO, DE SITUAÇÃO CONFIGURADORA DE INJUSTO CONSTRANGIMENTO. PEDIDO INDEFERIDO’ (HC 106.664, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe 30.10.2014).

‘HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL.

**AP 1030 AGR / DF**

SUBSTITUTIVO DE RECURSO CONSTITUCIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CRIMES FISCAIS. QUADRILHA. CORRUPÇÃO. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. DENÚNCIA ANÔNIMA. ENCONTRO FORTUITO DE PROVAS. INCONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE DE TRIBUTOS TIDOS COMO SONEGADOS. (...) 2. Notícias anônimas de crime, desde que verificada a sua credibilidade por apurações preliminares, podem servir de base válida à investigação e à persecução criminal. (...) 6. Habeas corpus extinto sem resolução de mérito, mas com concessão da ordem, em parte, de ofício' (HC 106.152, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe 24.5.2016).

Não fosse tal quadro, como articulado na decisão de fls. 1.184-1.187, por meio da qual indeferi pretensão idêntica e que é objeto de parte do agravo regimental autuado na PET 7.346, o fato isolado de o informativo policial não declinar o nome dos agentes responsáveis pelas diligências de verificação da credibilidade das informações, tampouco a identificação das pessoas entrevistadas, não implica, de modo algum, na manutenção do genuíno anonimato, como pretende fazer crer a defesa.

Com efeito, como outrora consignado, relembro que a autoridade policial após sua assinatura ao documentar o trabalho de campo, declaração a qual, como é cediço, vem dotada de fé pública e, conseqüentemente, de presunção juris tantum de veracidade, situação que afasta qualquer alegação de malferimento à garantia prevista no art. 5º, IV, da Carta da República.

Ademais, a argumentação declinada pela defesa técnica para questionar a idoneidade do procedimento adotado pela autoridade policial cinge-se a afirmar a insuficiência das diligências realizadas, olvidando-se de apontar qualquer indício concreto de irregularidade na atuação de campo desenvolvida pelos agentes responsáveis, contexto que reafirma a inviabilidade do acolhimento da postulação.



AP 1030 AGR / DF

Com essas considerações, afasto a preliminar suscitada pelos denunciados Geddel Quadros Vieira Lima, Lúcio Quadros Vieira Lima e Marluce Vieira Lima”.

Derradeiramente, o pleito manifestado pela defesa técnica também encontra óbice no art. 3º da Lei 13.608/2018, que dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias, cuja redação se transcreve:

“Art. 3º O informante que se identificar terá assegurado, pelo órgão que receber a denúncia, o sigilo dos seus dados”.

4. Ante o exposto, **dou provimento, em parte**, ao agravo regimental interposto por Geddel Quadros Vieira Lima, Lúcio Quadros Vieira Lima e Marluce Quadros Vieira Lima, tão somente para deferir o acesso à defesa técnica dos agravantes ao material já periciado nestes autos, nos termos constante desta fundamentação, declarando o prejuízo com relação à parte da pretensão reconsiderada.

Encerrado o julgamento, retornem imediatamente os autos conclusos para fins de execução da diligência deferida.

É como voto.

**25/09/2018****SEGUNDA TURMA****AG.REG. NA AÇÃO PENAL 1.030 DISTRITO FEDERAL****VOTO**

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Presidente, também tenho que a solução apresentada, no voto do Ministro Edson Fachin, está rigorosamente de acordo com a lei.

Nos dois primeiros pontos, visto que foram três os itens abordados, especialmente do acesso ao material periciado, que garante a ampla defesa, também pode o denunciado seguir os atos processuais, especificamente o que é pedido, o acompanhamento dos atos processuais, o que Vossa Excelência, reconsiderando, deferiu e está sendo cumprido, portanto, neste ponto, não há qualquer desencontro entre o pleito formulado e o deferimento garantido.

Quanto ao terceiro ponto, igualmente tenho para mim, Senhor Presidente, que a decisão do Ministro Edson Fachin, explicitada agora em seu voto, também conforma-se ao previsto em lei. E agora ficou mais claro ainda do que se tinha, desde o pedido inicial formulado, que o que se pretende é saber quem ligou, e a lei diz que tal dado estará resguardado.

Então, tinha ficado claro no voto do Ministro-Relator e também em todos os documentos processuais. Ou seja, não se está querendo a interceptação telefônica da Polícia Federal, absolutamente, não me passou isso tal condição em qualquer dos documentos que li, mas, como agora explicitado pelo Ministro Edson Fachin, o que se pretendia era saber exatamente, naquele dia marcado e na hora marcada, quem foi o autor da ligação. E isso não pode acontecer, nos termos da lei, razão pela qual há de ser, neste ponto, negado provimento ao agravo. E estou acompanhando às inteiras o voto do eminente Ministro-Relator.

É como voto, Presidente.



25/09/2018

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NA AÇÃO PENAL 1.030 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Acompanho, *integralmente*, Senhor Presidente, o **douto voto** proferido pelo eminente Ministro EDSON FACHIN.

É o meu voto.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NA AÇÃO PENAL 1.030

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN

AGTE.(S) : LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA

ADV.(A/S) : GAMIL FÖPPEL (17828/BA)

AGTE.(S) : GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA

ADV.(A/S) : GAMIL FÖPPEL (17828/BA) E OUTRO(A/S)

AGTE.(S) : MARLUCE VIEIRA LIMA

ADV.(A/S) : GAMIL FÖPPEL (17828/BA)

AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por votação unânime, deu provimento, em parte, ao agravo regimental interposto por Geddel Quadros Vieira Lima, Lúcio Quadros Vieira Lima e Marluce Quadros Vieira Lima, tão somente para deferir o acesso à defesa técnica dos agravantes ao material já periciado nos autos, nos termos constantes da fundamentação, declarando o prejuízo com relação à parte da pretensão reconsiderada. Prosseguindo, determinou o retorno imediato dos autos conclusos para fins de execução da diligência deferida, tudo nos termos do voto do Relator. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. **2ª Turma**, 25.9.2018.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Juliano Baiocchi.

Marcelo Pimentel
Secretário